

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS
TÉCNICAS DO SUS - CEPEPE

ROSYANNE VASCONCELOS MENDES

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: PERSPECTIVAS DE
FORTALECIMENTO DA ETSUS – SE

SALVADOR

2013

ROSYANNE VASCONCELOS MENDES

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: PERSPECTIVAS DE
FORTALECIMENTO DA ETSUS – SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS - CEGEPE, Universidade Federal de Minas
Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Profa. Ms. Alcione Bastos Rodrigues

SALVADOR

2013

Ficha de identificação da obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Mendes, Rosyenne Vasconcelos

Projeto Político-Pedagógico: perspectivas de fortalecimento da ETSUS – SE
[manuscrito] / Rosyenne Vasconcelos Mendes. - 2013.

30 f.

Orientadora: Alcione Bastos Rodrigues

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Salvador-BA, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

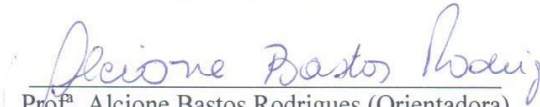
1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Atenção Primária à Saúde. 3. Educação em Saúde Pública/organização & administração. 4. Centros Educacionais de Áreas de Saúde/ organização & administração. I. Rodrigues, Alcione Bastos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

Rosyenne Vasconcelos Mendes

**PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO: PERSPECTIVAS DE
FORTALECIMENTO DA ETSUS-SE**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Salvador/BA.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a. Alcione Bastos Rodrigues (Orientadora)


Prof. Dr. Luiz Carlos Brant Carneiro

Data de aprovação: 08 de julho de 2013

Aracaju - SE
2013

RESUMO

Trata-se de um plano de Intervenção que propõe a reconstrução coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Escola Técnica de Saúde do Estado de Sergipe, mediante identificação do seguinte problema na instituição: o desconhecimento, por parte dos profissionais da ETSUS-SE, sobre o Projeto Político-Pedagógico, bem como a ausência de participação desses profissionais na elaboração de metas, objetivos, ações e estratégias do referido documento. A metodologia utilizada terá uma abordagem qualitativa, pois esta possibilita que se enfoquem dimensões subjetivas presentes na constituição do sujeito social e nas relações sociais. O processo de reconstrução se dará principalmente nas rodas de discussão, cuja participação de todos os segmentos da escola é imprescindível para retratar as concepções e anseios do coletivo. Serão utilizados também instrumentos de coleta de dados, como o questionário e uma breve pesquisa documental. Pretende sugerir ações que orientem a efetivação da reconstrução do Projeto Político-Pedagógico. Serão realizadas três etapas, cuja primeira consiste na elaboração do Marco Referencial, a segunda, no diagnóstico da realidade da escola e a terceira, na definição de estratégias para assegurar a realização das ações definidas pelo coletivo. Os resultados esperados incidem no fortalecimento da instituição e da autonomia dos seus sujeitos.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Participação Coletiva. Fortalecimento Institucional.

ABSTRACT

It is a plan of intervention that proposes reconstruction conference of the Political-Pedagogical Technical School of Health of the State of Sergipe, by identifying the following problem at the institution: the ignorance on the part of professionals ETSUS UP on the Political-Pedagogical Project, as well as the lack of participation of these professionals in developing goals, objectives, strategies and actions of that document. The methodology used will have a qualitative approach, because it allows that focus subjective dimensions in the constitution of the social and social relations. The rebuilding process will take place mainly in the discussion groups, whose participation from all segments of the school is essential to present the ideas and aspirations of the collective. Instruments will also be used for data collection, such as a brief questionnaire and documentary research. Intend to suggest actions to guide the execution of the reconstruction of the Political-Pedagogical. Will be three stages, the first is the development of reference point, the second, the diagnosis of the reality of the school and the third, the definition of strategies to ensure the realization of the actions defined by the collective. The expected results concern the strengthening of the institution and the autonomy of its subjects.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Participation Collective. Institutional Strengthening.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 JUSTIFICATIVA	07
3 OBJETIVO	08
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	08
5 REVISÃO DE LITERATURA	09
5.1 A importância do Projeto Político-Pedagógico.....	09
6 PLANO DE INTERVENÇÃO	14
6.1 Objetivos do plano	15
6.1.1 Objetivo Geral.....	15
6.1.2 Objetivos Específicos	15
6.2 Ações a serem desenvolvidas.....	15
6.3 Resultados esperados.....	25
6.4 Pessoas responsáveis pelas ações.....	25
6.5 Estratégias a serem utilizadas nas ações.....	25
6.6 Parceiros ou instituições envolvidas	25
6.7 Recursos necessários	25
6.7.1 Recursos humanos.....	25
6.7.2 Recursos materiais.....	25
6.7.3 Recursos financeiros.....	25
6.8 Cronograma	26
6.9 Acompanhamento e avaliação	26
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

São constantes as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, provenientes de novas formas de pensar, sejam no âmbito da política, da saúde, da educação. Tais mudanças exigem novas respostas no campo de trabalho propriamente dito e da formação para o trabalho, mudanças que vão além da capacidade técnico-especializada.

Especificamente no campo da saúde, com a reforma sanitária brasileira – movimento social, fomentador de novas ideias relativas às mudanças e transformações necessárias na área da saúde e que desencadeou num novo sistema de saúde no país – demandou-se a necessidade de trabalhadores situados socialmente e comprometidos com a humanização do cuidado, com a perspectiva do trabalho coletivo e com a qualidade social de suas práticas.

Neste contexto, as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), responsáveis pela formação e qualificação dos trabalhadores técnicos de nível médio do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto espaços voltados para a formação de trabalhadores já inseridos no serviço de saúde, devem se implicar com um agir pedagógico diferenciado, alicerçados em discussões sobre o processo de trabalho vivenciado pelos seus alunos/trabalhadores, de modo que estes possam ser questionadores, críticos e busquem a qualificação e a transformação dos seus espaços de trabalho.

Desta forma, faz-se necessário que as ETSUS busquem eixos e estratégias que conduzam à prática pedagógica de atendimento das demandas requeridas pelo atual contexto social. Essas exigências não podem ser vistas pela via do mercado, da lógica economicista, mas precisam estar atreladas a um projeto político, social e pedagógico que norteie a prática dos profissionais e clarifique o sentido da mesma, bem como sirva para fortalecimento da instituição.

Trataremos então, do Projeto Político-Pedagógico enquanto instrumento de gestão que sustenta os sentidos da prática pedagógica e norteia o trabalho pedagógico da escola, cujo desenvolvimento pode ser acompanhado nas ações cotidianas.

No caso da Escola Técnica do SUS em Sergipe – ETSUS/SE, percebemos ao longo de algumas atividades propostas pelo Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas técnicas do SUS – CEGEPE, para as quais realizamos algumas observações e entrevistas, que a maioria dos profissionais da escola desconhecia o Projeto Político-Pedagógico da mesma, ou seja, havia na escola um documento que foi elaborado por consultores e equipe gestora do momento para atender as normas legais de regulamentação da

escola. Assim trazemos o seguinte questionamento: Da forma como foi construído, o Projeto Político-Pedagógico retrataria as concepções dos atores da escola?

Veiga (2002, p. 9), em contradição ao que foi vivenciado na ETSUS/SE, afirma que:

O projeto político-pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. [...].

Todas estas diretrizes sinalizadas pela autora dialogam com o que preconiza o SUS para o campo da Educação Profissional.

2 JUSTIFICATIVA

A construção ou reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da escola perpassa pelo trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. Neste sentido, ela deve procurar alicerçar a sua autonomia, enfatizando a responsabilidade de todos os seus atores sociais.

A escolha deste tema se deu por se tratar de um assunto próprio da pedagogia, área de conhecimento na qual possuo formação acadêmica. Após trabalhar por alguns anos na gestão de uma escola particular, resolvi vivenciar um novo desafio, que foi prestar um concurso na área da saúde, para a função de Analista Educacional na Fundação Estadual de Saúde – FUNESA, órgão mantenedor da ETSUS/SE. Fui convocada para o cargo junto à Coordenação de Educação Permanente – COEPE, que tem como objetivo ofertar ações educacionais para os profissionais de nível superior, trabalhadores do SUS em Sergipe.

Inserida neste novo espaço de junção entre educação e saúde, e sem saber ao certo como este se processava, mantive-me observadora e atenta. Neste percurso, embora participando regularmente de reuniões e encontros entre as coordenações das áreas educacionais desta Fundação, percebíamos o quanto era difícil compreender com clareza, nos discursos e ações das pessoas, qual era o sentido próprio do trabalho da instituição.

As concepções e finalidade da escola não se revelavam nas suas vivências e parecia também não haver relações entre o trabalho das organizações internas, que a meu ver precisariam estar fortalecidas, estabelecendo uma comunicação favorável para o cumprimento do seu objetivo maior: formar e/ou qualificar profissionais da saúde, sejam de níveis médio ou

superior para transformar suas práticas nos seus espaços de trabalho e fortalecer o SUS.

Assim, acreditamos que um olhar diferenciado para o Projeto Político-Pedagógico da escola irá também contribuir com o fortalecimento da autonomia tanto dos sujeitos que participarem deste processo, num exercício dialógico constante de repensar a sua prática e o seu papel na instituição, como da própria instituição que retratará em seu cotidiano o sentido da existência deste espaço.

Se entendemos que o Projeto Político-Pedagógico precisa ser construído coletivamente, da mesma forma, ele só trará resultados em terreno democrático, onde todos consigam participar da experiência construtiva de decidir sobre o que é melhor para a instituição e isso não pode ser imposto, decidido de cima para baixo, por mérito de uma autoridade institucional.

O momento na ETSUS é singular, inclusive pelo ensejo do CEGEPE no aprofundamento destas discussões.

3 OBJETIVO

Elaborar plano de intervenção que possibilite a reconstrução coletiva e implementação do Projeto Político-Pedagógico da ETSUS – SE, contribuindo para o fortalecimento da sua identidade institucional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto será pautado numa abordagem qualitativa, por focar dimensões subjetivas presentes na constituição do sujeito social e nas relações sociais - questões de natureza de difícil mensuração - e ainda por não ter pretensão de esgotar o fenômeno social.

Utilizaremos uma breve pesquisa documental, a fim de resgatar o contexto histórico de constituição da ETSUS-SE, mas basicamente nos utilizaremos dos espaços de discussão (reuniões) para a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico. Embora em alguns momentos façamos uso também dos questionários para coletar informações pertinentes, principalmente dos alunos, uma vez que seria inviável a participação de todos nas reuniões.

As reuniões contarão com a participação de todos os segmentos e com relatores que,

após validação pelos participantes, se responsabilizarão por finalizar o documento que retratará o Projeto Político-Pedagógico da Escola.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 A importância do Projeto Político-Pedagógico

A escola representa um lugar bastante significativo na vida de um indivíduo, e uma escola de formação técnica não seria diferente. Esta deve oportunizar além de capacidades técnicas, capacidades para que seus participantes possam atuar na vida em sociedade, de forma a compreender e interferir também na sua realidade do trabalho, agindo com criatividade na resolução dos problemas, sabendo tomar decisões importantes, favorecendo o diálogo, trabalhando em equipe, e relacionando-se bem com as demais pessoas. Para tanto, faz-se necessário desenvolver na escola uma prática pedagógica que viabilize a efetivação da aprendizagem, e estimule os seus sujeitos a se responsabilizarem socialmente, através de uma prática participativa constante.

Sobre este aspecto, Saviani salienta que:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Desse modo, o objeto da educação é, por um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos a fim de que se tornem parte da humanidade; por outro lado, diz respeito à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2000, p.23).

Para o exercício de tal prática é imprescindível que a escola repense o seu papel social, reflita sobre as concepções de homem e sociedade que pretende ajudar a construir. E muitas vezes essa reflexão fica inviabilizada em detrimento de aspectos que se apresentam emergenciais no cotidiano da escola, diversos problemas de natureza operacional que levam os sujeitos da escola a um ativismo e a uma prática sem sentido.

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico, que necessita ser construído pelo coletivo da escola, possibilita esta reflexão, tornando os seus atores conscientes das finalidades da escola; e ainda os estimula a pensar estratégias de como operacionalizar uma prática atrelada a estas concepções e finalidades, podendo assim produzir sentido para todos que participam deste processo. Segundo Vasconcelos (2009) o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento

teórico-metodológico, na perspectiva de unir a teoria à prática. E afirma que:

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (p. 2)

Através deste exercício de reflexão sobre a realidade, o Projeto Político-Pedagógico deve retratar as necessidades da escola, apontando ações e estratégias que favoreçam uma prática educativa humanizada e comprometida com princípios de cidadania e bem comum. (VEIGA, 2007)

Nestes termos a autora afirma ainda que:

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar. [...] O envolvimento de todos na construção do projeto, ao desencadear uma reflexão coletiva, promove a adoção de uma prática educativa, na medida em que reflete individual e coletivamente sobre ela (p. 57-58).

A construção coletiva de Projetos Político-Pedagógico, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, Lei 170/98 e resoluções do Conselho Nacional de Educação, torna-se uma exigência legal para todas as instituições educacionais no âmbito nacional.

No artigo 12, a Lei 9394/96 concede aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Nos artigos 13 e 14 da mesma lei, aparecem como incumbências dos profissionais da educação, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, e elaborar e cumprir plano de trabalho, definido na proposta.

Medel (2008) destaca ainda da LDB, três grandes eixos relacionados à construção do PPP: o primeiro eixo, da flexibilidade, está vinculado à autonomia, possibilitando que a escola organize seu próprio trabalho pedagógico; o segundo eixo, da avaliação, reforça um aspecto importante a ser observado nos diversos níveis do ensino público; e o terceiro eixo, da liberdade, se expressa no âmbito do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e da proposta da gestão democrática do ensino público, que será definida em cada sistema de

ensino.

No entanto, reconhece-se que a lei sozinha não tem poder para mudar a realidade e transformar a qualidade do ensino, menos ainda se as pessoas não compreenderem a importância e o sentido da construção do PPP, e de maneira inadequada apenas buscarem atender às exigências da lei, a exemplo da encomenda deste documento a atores externos, como comumente acontece.

Se os sujeitos da escola entendem que esta construção vale a pena, ou seja, faz sentido para eles, contribuem com seus anseios pessoais, com o seu crescimento e na definição das necessidades institucionais, torna-se mais fácil contar com a adesão destes.

Segundo Demo (2001): “Não faria sentido, por exemplo, encomendar um projeto a terceiros, nem a educadores exímios fora do contexto. A escola pode requerer assessorias de toda ordem, mas a elaboração como tal precisa ser obra comum dos envolvidos”. (p. 241).

O processo de reconstrução do Projeto Político-Pedagógico, realizado pelo coletivo da escola, possibilita muitos diálogos e reflexões acerca da prática educativa, da busca por um sentido, rompendo assim com o modo individualizado de trabalhar. Esse repensar da prática educativa possibilitará também a mediação dos conflitos advindos das formas diferenciadas de pensar. No entanto estes conflitos são positivos e não devem ser ocultados, pois são inerentes aos processos democráticos.

Como afirma Souza (2001, p. 225): “Os diversos sujeitos envolvidos na concepção, na construção e na avaliação do Projeto Político-Pedagógico tecem uma rede de relações que, perpassadas simultaneamente por diálogos e conflitos, ressignificam a identidade da escola”.

E essa ressignificação acontece, mesmo num contexto multicultural, como nos explica Medel (2008, p. 5), que “[...] é numa visão multicultural, ao representar a identidade institucional da escola que o PPP representa um esforço coletivo de conferir unidade a partir da pluralidade”.

A palavra participação tem sentido forte e compreende dinamismo, prática e comprometimento, implicando ainda a compreensão do que é ser sujeito. Para a realização efetiva desta participação se faz necessário superar as relações competitivas e autoritárias que impossibilitam a vivência democrática. As tensões precisam ser resolvidas de forma criativa, considerando as diferenças existentes entre os distintos atores.

No entendimento de Veiga (2002):

Em sendo um processo participativo de decisões, envolve lidar com os conflitos, contradições existentes, buscando eliminar competições e relações autoritárias,

permitindo as relações horizontais [...] toda e qualquer organização que pretenda implantar e desenvolver prática de natureza participativa deve ter por base o exercício do diálogo. Uma das dificuldades para o desenvolvimento de formas políticas de participação e diálogo é a existência da cultura autoritária no interior das organizações fragilizadas (p.59).

Para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico, faz-se necessário estabelecer um clima de confiança no que diz respeito às relações interpessoais. Um ambiente confiável contribui para o sucesso deste processo, pois os participantes poderão ser verdadeiros e retratar os seus sentimentos. E embora revelando conflitos, se dando conta de outras formas de pensar, que não é a sua, irão também partilhar de forma consensual ideias e concepções que lhes trarão sentidos, ampliando a sua visão para além dos muros da escola, lhes permitindo enxergar que a qualificação do seu trabalho alcançará a sociedade.

Sobre isto Souza (2001) afirma que:

A construção do Projeto Pedagógico, quando perpassada pela reflexão crítica, qualifica os atores sociais que o concebem, executam e avaliam como produtores de uma escola que pode orientar suas práticas para a transformação social. Essa perspectiva os distancia do papel de executores acríticos de “normas e regras”, muitas vezes ditadas pelo controle hierárquico (p. 224).

Para Nóvoa (apud Souza, 2001):

“[...] os processos que promovem a configuração da identidade escolar e seu confronto com outros contextos sociais produzem valores que permitem atribuir significados às ações, constituindo-se em marco de referência tanto das condutas individuais como grupais”. (p. 224).

E é neste sentido que acreditamos que a ação de reconstrução do Projeto Político-Pedagógico possibilitará um desenvolvimento e fortalecimento tanto da instituição, quanto dos atores que participarem deste processo.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico representará a vida da ETSUS-SE estabelecendo seus rumos e sua organização e para isso, faz-se necessário criar e proporcionar espaços para discussões e tomada de decisões, em que os trabalhadores da instituição possam construir sua autonomia, participando efetivamente dos processos decisórios.

Se os sujeitos da escola entendem que esta construção vale a pena, ou seja, faz sentido para eles, contribui com seus anseios pessoais, com o seu crescimento, torna-se mais fácil contar com a adesão destes.

Veiga (2007) trata do Projeto Político-Pedagógico em duas visões distintas e

conflitivas:

A primeira uma visão estratégico-empresarial e a segunda uma visão emancipatória. A primeira, pautada em processos autoritários, pressupõe algumas separações entre: pensamento e ação; estratégia e operação; pensadores e concretizadores; estrategistas e estratégias. A segunda pressupõe a unicidade entre teoria e prática, buscando uma ação consciente e organizada, ressaltando a necessidade de participação, do trabalho coletivo e a articulação escola comunidade (p. 57).

Desta forma, é a visão emancipatória que nos interessa e na qual tentaremos respaldar o nosso projeto. Enquanto ação consciente e organizada, planejada coletivamente, tendo em vista o futuro, visando orientar para a superação dos desafios.

Assim sendo, precisa unir a teoria à prática. A prática é vista como ponto de partida para a produção de novos conhecimentos. Por outro lado, a teoria isoladamente não gera transformações, não produz realidades inovadoras, porque ela se concretiza por meio da prática que a consubstancia. Teoria e prática são elementos distintos, porém inseparáveis na construção de um projeto.

Ao construirmos o Projeto Político-Pedagógico da escola, planejamos o que temos intenção de realizar. Projetamos um ideal, o desejo, mas tomando como base a nossa realidade, o que podemos fazer, na perspectiva de uma transformação buscando um futuro melhor.

Nas palavras de Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (p. 579).

Segundo Vasconcelos (2000, p.170) “o Projeto Político-Pedagógico é composto, basicamente, de três grandes partes, articuladas entre si: Marco Referencial, Diagnóstico e Programação”.

O Marco Referencial corresponde à dimensão da Finalidade; o Diagnóstico, à realidade e a Programação, à Mediação.

O Marco Referencial é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa a direção que a instituição escolhe, fundamentada em elementos teóricos.

O Diagnóstico seria o levantamento das necessidades da instituição, a partir da análise

da realidade e a Programação, o conjunto das ações concretas assumido pela instituição, e previstas no plano, cujo objetivo é superar as necessidades identificadas.

6 PLANO DE INTERVENÇÃO

Conforme descrito na Introdução, a ETSUS/SE possuía um documento oficial, identificado como o Projeto Político- Pedagógico. No entanto, os profissionais da escola desconheciam este documento, uma vez que este foi construído pela equipe gestora e consultores, no ano de 2003, para atender às exigências legais para o funcionamento da escola, ou seja, sem a devida participação do coletivo. Além de que atualmente a Escola conta com um quadro bem mais ampliado de trabalhadores que também não vivenciaram este momento.

Compreendemos que o Projeto não é apenas um documento, mas sim o retrato da prática e que este precisa ser construído pelo coletivo escolar. Da mesma forma, ele só trará resultados em terreno democrático, onde todos consigam participar da experiência construtiva de decidir sobre o que é melhor para a instituição e isso não pode ser imposto, decidido de cima para baixo, por uma autoridade institucional.

No momento atual, com a inserção de dez alunas no CEGEPE, possibilitou-se o olhar para esta temática, que era algo distante nas discussões dentro da ETSUS-SE. E que esse contexto oportunizou discussões a respeito do Projeto Político-pedagógico, uma vez que parte dos seus trabalhadores percebem a temática relevante e vêm desenvolvendo ações pertinentes com estes preceitos.

O público-alvo que se pretende atingir com este projeto será composto por todos os atores e segmentos que compõem a ETSUS – SE, tais como: Coordenadores, assessoria, responsáveis técnicos pelos cursos, docentes, alunos e demais profissionais.

Desta forma, o plano de intervenção será realizado na Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe – ETSUS – SE, sediada na cidade de Aracaju. Esta escola foi criada pelo Decreto Estadual nº 22.440 de 25 de novembro de 2003, regulamentada pela Lei Estadual nº 5.215 de 12 de dezembro de 2003, e constitui-se órgão formador da Educação Profissional em Saúde no Estado de Sergipe.

A escola possui a particularidade de ser mantida pela Fundação Estadual de Saúde – FUNESA, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Poder Executivo do

Estado de Sergipe, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, quadro próprio e prazo de duração indeterminado, criada pela Lei Estadual nº. 6348 de 02/01/2008, com CNPJ. Nº 104370050001-30 e registro no Cartório de 10º Ofício sob o nº 43.715.

Apresenta como missão formar trabalhadores-cidadãos comprometidos com práticas transformadoras e com os avanços tecnológicos do Sistema Único de Saúde – SUS, por meio do desenvolvimento de cursos, capacitações e fomento à pesquisa com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população sergipana.

6.1 Objetivos do plano

6.1.1 Objetivo Geral

Reconstruir coletivamente e implementar o Projeto Político-Pedagógico da ETSUS – SE.

6.1.2 Objetivos específicos

- Desenvolver pesquisa documental visando organizar dados de natureza legal, histórica e sobre a organização administrativa da ETSUS – SE;
- Organizar Encontro com vistas a sensibilizar os integrantes da ETSUS/SE sobre o sentido da prática pedagógica do trabalho coletivo e gestão compartilhada para a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico.
- Organizar atividades de estudo com vistas a refletir sobre a função social da escola;
- Organizar atividades para a identificação das potencialidades e fragilidades da ETSUS;

6.2 Ações a serem desenvolvidas

A princípio realizaremos uma breve pesquisa documental em busca de dados referentes à natureza legal, histórica e administrativa (processo de criação, atas, registros de atividades) a fim de obter uma visão sucinta da escola. Após análise, serão divulgados os

dados perante os profissionais da escola.

A seguir deverá ser feita a sensibilização de toda comunidade que compõe a ETSUS, para participação e conscientização sobre a importância desse processo coletivo. Esse momento poderá ser realizado através de um Encontro que deverá ser conduzido pelos gestores da Escola e da diretoria da Fundação. Serão realizadas algumas ações, que em nível de organização e para melhor compreensão de todo o processo, optamos por dividir em etapas, aqui denominadas movimentos.

Será proposto a formação de grupos compostos pela representatividade de todos os segmentos da escola, contemplando, assim, a coletividade da instituição. O grupo de alunos participantes poderá ser escolhido por seus pares, já que se torna inviável a participação de todos. Assim aqueles que participarem terão a responsabilidade de coletar informações do grupo e divulgar aquelas advindas do processo de construção do PPP para este segmento.

Em todos os momentos se contará com um relator com a função de registrar, para posterior socialização, todas as ações e atividades desenvolvidas, bem como seus resultados.

1º movimento: Levantamento das concepções do coletivo da escola (Marco Referencial)

- Que identidade a escola possui e que identidade quer construir?

Nessa etapa serão discutidas as referências, a missão da ETSUS na sociedade em que está inserida.

Serão organizadas oficinas com grupos compostos por todos os segmentos da ETSUS, a saber: docentes, discentes, responsáveis técnicos, coordenação, assessoria e equipe de apoio. Em grupos menores e de composição também representativas desses segmentos, serão realizados debates em torno de questões norteadoras que mobilizem os grupos a refletir sobre o ideal da escola que imaginam, com todas as suas especificidades.

Algumas questões que deverão nortear os debates:

- Que tipo de sociedade podemos ajudar a construir?
- Que profissional a escola deseja formar?
- O que entendemos por educação?
- Como concebemos gestão?
- Qual a nossa compreensão de currículo?

- Qual a missão da escola?
- Qual a concepção sobre avaliação?

O Marco Referencial representa o ideal que a escola deseja. De acordo com Gandin (1994), o diagnóstico é um juízo sobre a realidade a partir do marco referencial. Para construir esta parte do Projeto Político-pedagógico, deve-se discutir até que ponto o que está explícito no marco referencial (como ideal) tem, de fato ocorrido no cotidiano da escola. Há uma distância entre o real e o realizado, e elaborar planos e estratégias de ação derivados do PPP possibilitam uma aproximação maior entre o real e o virtual.

2º Movimento: Diagnóstico da realidade da ETSUS

- Como é a nossa escola?

Ainda com grupos menores e de composição também representada por estes segmentos, serão realizados debates em torno de questões norteadoras a respeito do trabalho que a escola desenvolve, com objetivo de analisar a sua realidade.

Os questionamentos devem acontecer em dois níveis: um mais amplo, referente à relação da escola com a sociedade como um todo e outro específico, relativo à organização do próprio trabalho pedagógico.

Questões para discussão:

- Qual tem sido a função social da ETSUS?
- Que resultados a ETSUS tem mostrado para a sociedade?
- Como está a ETSUS em relação aos que resultados e processos preconizados pelas Políticas Públicas Estaduais de Educação e Saúde?

Para a participação dos alunos utilizaremos questionários, que serão entregues pelos docentes em suas respectivas turmas.

3º Movimento: Definição de estratégias, pessoas e/ou grupos para assegurar a realização das ações definidas pelo coletivo da escola.

- Como executar as ações definidas pelo coletivo?

O grupo deverá eleger alguns relatores para descrever o processo vivido em cada

momento, como elaborar instrumento de coleta de informações sobre identificação de problemas e necessidades para superação de problemas e proposta de ação. E ainda, cartaz a ser trabalhado com o grupo com as seguintes orientações:

A escola que temos:	A escola que queremos:
Que tipo de avaliação desejamos?	Qual a que praticamos?
Que tipo de currículo almejamos?	Qual possuímos e como o temos trabalhado?
Como desejamos a organização administrativa, a comunicação?	Como ela é realizada no cotidiano?

Quadro relativo ao 1º movimento (Marco Referencial)

Objetivos específicos/ações	atividades	Responsáveis	Cronograma
Desenvolver pesquisa documental visando organizar dados de natureza legal, histórica e sobre a organização administrativa da ETSUS – SE	Organizar atividades de pesquisa documental para levantamento da situação legal, histórica e administrativa da ETSUS – SE.	Equipe de profissionais da ETSUS	Abril/2013
Organizar Encontro com vistas a sensibilizar os integrantes da ETSUS – SE sobre o sentido da prática pedagógica do trabalho coletivo e gestão compartilhada para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico.	Organizar Encontro que deverá contar com a participação de todos os trabalhadores, docentes e alunos, visando à sensibilização de toda comunidade que compõe a ETSUS – SE para a participação e conscientização sobre a importância desse processo coletivo.	Coordenação da ETSUS Diretoria da FUNESA	Abril/2013
Organizar atividades de estudos sobre a função social da escola com vistas a possibilitar a identificação do marco referencial do projeto (ideal)	<ul style="list-style-type: none"> - Agendar reuniões semanais com grupo representativo de todos os segmentos da escola (alunos de cada curso, docentes de cada curso, todos os responsáveis técnicos e coordenadores). - Realizar oficinas com debates em torno de questões norteadoras sobre (reflexões acerca do ideal de escola desejada), perspectivas sobre a 	Equipe pedagógica da ETSUS	Maio/2013

	<p>formação do profissional/discente; entendimento sobre educação profissional, concepção de gestão; compreensão de currículo; da missão da escola; percepção sobre o fazer pedagógico; visão sobre avaliação e sobre a metodologia.</p> <p>- Realizar encontros para reflexões e debates (a partir de referencial teórico pertinente) sobre concepções de currículo, avaliação e outras questões que possibilitem a aproximação dos participantes de conteúdo teórico relacionado ao projeto político pedagógico.</p>		
<p>Elaborar um plano de trabalho integrado com vistas à implementação de ações propostas na elaboração do Projeto Político-Pedagógico</p>	<p>- Organizar agenda para a implementação de ações propostas para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico ar</p>	<p>- Equipe pedagógica da ETSUS; Equipe representativa de profissionais da ETSUS.</p>	<p>Maio/2013</p>

Observação: Os representantes deverão divulgar o que foi discutido pelo coletivo aos seus pares

Quadro relativo ao 2º Movimento (Diagnóstico)

Ações	atividades	Responsáveis	Cronograma
- Levantar as concepções do coletivo em relação à realidade da escola.	- Realizar oficinas com debates em torno de questões norteadoras sobre (reflexões a cerca da realidade da escola) - Registrar a percepção dos profissionais acerca do seu trabalho.	- Equipe pedagógica da ETSUS	Junho/2013
- Conhecer as características organizacionais da ETSUS	-Realizar exposições e debates acerca das características organizacionais da ETSUS, em relação às dimensões administrativa, financeira e jurídica.	- Coordenação da ETSUS, diretorias da FUNESA e assessores jurídicos da instituição.	Junho/2013
-Analisar a realidade da escola em suas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.	- Organizar a apresentação dos grupos sobre aspectos dimensionais que serão discutidos.	- Equipe pedagógica da ETSUS	Junho/2013
Organizar atividades para a identificação das potencialidades e fragilidades da ETSUS - SE	- Realizar encontros para reflexões e debates sobre a instituição real e a instituição ideal, visando à detecção e discussão sobre as potencialidades e fragilidades da ETSUS – SE. - Propor estratégias para resolução dos problemas detectados	- Equipe pedagógica da ETSUS; Equipe representativa de profissionais da ETSUS.	Junho/2013

O diagnóstico precisa considerar a estrutura organizacional nas quatro dimensões abaixo:

Dimensão pedagógica	Dimensão administrativa	Dimensão financeira	Dimensão Jurídica
<p>Proposta curricular;</p> <p>Objetivos;</p> <p>Conteúdos;</p> <p>Metodologias de ensino;</p> <p>Processos de avaliação;</p> <p>Estratégias para qualificação da aprendizagem;</p> <p>Valorização dos profissionais da Escola.</p>	<p>Aspectos de estrutura física e aspectos materiais (didáticos);</p> <p>Recursos humanos;</p> <p>Nível de organização, qualificação. e vinculação dos professores.</p>	<p>Recursos financeiros disponíveis;</p> <p>Formas de aplicação dos recursos.</p>	<p>Relação que a escola estabelece com a sociedade e as várias esferas do sistema de Saúde e Educação: municipal, estadual e federal;</p> <p>Autonomia da escola em relação ao que dispõe a legislação.</p>

Quadro relativo ao 3º Movimento (Programação)

Ações	Atividades	Responsáveis	Cronograma
- Definir as ações da escola.	- Listar propostas de ação para superar os problemas identificados pelo coletivo. - Relacionar as prioridades da escola. - Relacionar as ações que a escola irá desenvolver a curto, médio e longo prazo.	- Equipe pedagógica da ETSUS juntamente com a representatividade do coletivo.	Julho/2013
- Definir os responsáveis pela execução das ações. - Definir recursos.	- Definir as pessoas que irão realizá-las. - Definir uma linha de ação, em que o coletivo legitimará os responsáveis pelas ações.	- Coordenação juntamente com o coletivo.	Julho/2013
- Avaliação das ações definidas na elaboração do projeto Político-pedagógico.	- Analisar e avaliar se as ações estão sendo encaminhadas efetivamente. - Retomando as ações, corrigindo o fluxo, de acordo com o desenvolvimento destas, e analisando junto ao grupo se as ações definidas como prioridades são realmente viáveis, ou realistas.	- Coordenação juntamente com o coletivo.	
- Analisar o documento antigo em relação ao que foi construído e fazer as devidas reformulações.	- Elaborar o novo documento que retrataria o PPP	Relatores e representatividade do coletivo	Agosto/2013

6.3 Resultados esperados

- Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da ETSUS – SE
- Identidade institucional fortalecida
- Profissionais conscientes do sentido das suas práticas.

6.4 Pessoas responsáveis pelas ações

Coordenadora da ETSUS, Assessora pedagógica, Trabalhadores da ETSUS, apoiadores institucionais, Responsáveis Técnicos, docentes e discentes.

6.5 Estratégias a serem utilizadas para as ações

- Apresentação do Projeto Político-Pedagógico para diretorias da FUNESA
- Validação do Projeto Político-Pedagógico no colegiado
- Organizar momentos e atividades que visem sensibilizar toda a comunidade da ETSUS

6.6 Parceiros ou instituições envolvidas

FUNESA, ETSUS, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Saúde, Secretária de Estado da Saúde, docentes e discentes.

6.7 Recursos necessários

6.7.1 Recursos humanos

Coordenação, assessoria pedagógica, docentes, responsáveis técnicos, discentes.

6.7.2 Recursos materiais:

Consumo: pastas, canetas, papéis, cartolinas;

Equipamentos: mesas, cadeiras, computadores, data show, flip chart.

6.7.3 Recursos financeiros:

Os recursos destinados a este projeto serão da própria unidade envolvida – Fundação Estadual de Saúde de Sergipe – FUNESA

6.8 Cronograma de execução em 2013

ATIVIDADES	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Sensibilização da comunidade						
1º momento Marco Referencial						
2º momento Diagnóstico da realidade						
3º momento Definição de ações						
Sistematização do documento final do PPP						
Apresentação do documento final em plenárias diferenciadas para a sua avaliação e validação.						

6.9 Acompanhamento e avaliação

A avaliação será realizada em todos os momentos e percursos deste projeto e deve contar com a participação de todos os seguimentos que dele participarem. As três perguntas norteadoras que guiam os movimentos são orientadoras do projeto e devem ser guiadas também pelo processo avaliativo.

A avaliação possui também caráter investigativo e diagnóstico e visa possibilitar aos participantes uma análise dos resultados dos seus esforços, fazendo com que novos problemas que venham a surgir possam ser resolvidos. Ou seja, se coloca como um balizador quando se trata de perceber e redimensionar o Projeto Político - Pedagógico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que é imprescindível que a Escola Técnica de Saúde de Sergipe, cujo objetivo é também contribuir com o fortalecimento do SUS, e com as transformações necessárias nos espaços de trabalho dos seus alunos/trabalhadores, através de um comprometimento social advindo de reflexões críticas, vivenciem também o processo interno de reflexão coletiva sobre o seu agir pedagógico frente a tais necessidades.

A reconstrução do Projeto Político-Pedagógico possibilitará esta reflexão e norteará o caminho por onde a escola deve seguir, consciente do seu papel social.

Neste sentido, o desafio deste projeto é possibilitar um processo efetivamente participativo, democrático, coletivo, envolvente e vivencial, significativo para todos, a fim de tornar o trabalho mais prazeroso e despertar o compromisso e a responsabilização para se exercer na prática o que foi delineado no papel.

REFERÊNCIAS

- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LEI nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Construção Possível. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- MEDEL, Cássia R. M. de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUZA, José Vieira de. A identidade do sujeito social, ético e político e o projeto pedagógico da escola. In: FONSECA, Marília (Org.). **As dimensões do projeto político pedagógico: novos desafios para a escola**. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- VASCONCELOS, Celso dos santos. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.
- VEIGA, Ilma Passos A.; FONSECA, Marília (Orgs). **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- _____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A.; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- VEIGA, Ilma Passos A.; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- _____. **Projeto político pedagógico da escola**. 14 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- _____. **Projeto político - pedagógico da escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995, 2000.